

HABEAS CORPUS Nº 567.410 - SP (2020/0070938-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : LILIAN CLÁUDIA JORGE
ADVOGADO : LÍLIAN CLÁUDIA JORGE - SP190256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIANO MARTINS FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CRISTIANO MARTINS FERREIRA, em face de decisão singular de indeferimento de liminar, proferida pela Desembargadora Relatora do *writ* originário.

Narra a impetrante que, com base na alteração legal prevista no art. 122, § 2º, da LEP, inserida pela Lei 13.964/2019, estaria o paciente proibido de gozar de saídas temporárias, porquanto condenado por crime hediondo, com resultado morte.

Alega, em suma, que por se tratar de nova lei prejudicial ao interesse do reeducando, não poderia retroagir para alcançar fatos pretéritos, por força do Princípio da Irretroatividade da Lei Penal mais gravosa, notadamente porque o delito em questão foi praticado no ano de 2002.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal e plenamente adotada por esta Corte, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* no Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Consoante relatado, informa a impetrante que o paciente foi proibido de gozar de saídas temporárias, com base na alteração promovida pela Lei 13.964/2019.

Alega, em síntese, que a determinação decorre de lei nova prejudicial ao reeducando, de modo que não deve retroagir para alcançar o crime praticado pelo paciente, por força do Princípio da Irretroatividade da Lei Penal mais gravosa. O pedido de liminar foi indeferido em decisão assim fundamentada (fl. 17):

A advogada Lilian Claudia Jorge impetra habeas corpus, com pedido de liminar, alegando que CRISTIANO MARTINS FERREIRA sofre

constrangimento ilegal por parte do MM. Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca de RIBEIRÃO PRETO, nos autos da Execução Criminal nº 0004924-65.2016.8.26.0496.

Aduz a impetrante, em síntese, que o paciente cumpre pena no regime semiaberto, porém, teve a sua pretensão de saída temporária, que se inicia no dia 17 de março de 2020, indeferida com base na alteração trazida pela Lei nº 13.964/2019.

Sustenta que a referida lei não pode retroagir alcançando o paciente, pois o crime pelo qual cumpre pena foi cometido em momento anterior à promulgação da citada lei.

Postula a concessão da ordem, para que o paciente seja autorizado a usufruir da referida saída temporária.

Indefiro a liminar pleiteada, que por ser providência excepcional, está reservada para os casos em que avulta flagrante o alegado constrangimento ilegal, o que não se verifica, nesta fase de cognição sumária. Caberá à Turma Julgadora a solução da questão em toda a sua extensão.

Tendo em vista que a presente impetração veio suficientemente instruída, remetam-se os autos à Douta Procuradoria Geral de Justiça para parecer.

Após, tornem conclusos.

No caso, a pretensão de concessão da liminar para que o paciente seja autorizado a usufruir de saída temporária é passível de indeferimento, em *habeas corpus*, por demandar, inclusive, análise do próprio mérito da impetração, sobretudo no caso em tela, em que afirmado pela Relatora que não restou demonstrado, em análise perfunctória, o manifesto constrangimento ilegal suportado pelo paciente.

Dessa forma, tendo em vista o exposto na decisão que indeferiu o pedido de liminar, não vejo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691/STF, uma vez ausente flagrante ilegalidade, cabendo ao Tribunal de origem a análise da matéria meritória.

Diante do exposto, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator